

## **RECURSO**

### **AO PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE – PR**

**REF: Pregão Eletrônico nº 90017/2026 – Item 41 (Câmera Videoconferência)**

**Recorrente:** L&R Soluções Ltda, CNPJ- 52.623.583/0001-00

**Recorrida:** PAGNAN & BACHES LTDA , CNPJ- 20.953.739/0001-25

**L&R SOLUÇÕES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 52.623.583/0001-00, por meio de seu representante legal, vem, tempestiva e respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, com fulcro no princípio do contraditório e da vinculação ao instrumento convocatório, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra a decisão que habilitou ou classificou a empresa **PAGNAN & BACHES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 20.953.739/0001-25, em razão da oferta do produto referente ao **Item 41 (Câmera Videoconferência) – Marca C3TECH / Modelo WB-200BK**.

Requer, ao final, a reforma da decisão para DESCLASSIFICAR a recorrida por oferta de produto em desconformidade com os requisitos técnicos essenciais previstos no edital, notadamente a exigência de **Zoom Digital mínimo de 1.2x**.

#### **I. BREVE SÍNTESE DO EDITAL E DA EXIGÊNCIA CONTROVERTIDA**

O edital que rege o Pregão Eletrônico em questão estabeleceu, de forma vinculante para todos os licitantes, as especificações técnicas mínimas que o produto do **Item 41 (Câmera Videoconferência)** deveria atender.

Dentre as diversas exigências técnicas elencadas no instrumento convocatório, destacou-se, de maneira expressa e inequívoca, a necessidade de que a câmera ofertada "**contenha zoom digital mínimo de 1.2x**".

Ocorre que a empresa recorrida ofertou o modelo **WB-200BK da marca C3TECH**. Ao compulsar os autos e realizar a diligência necessária para aferir a regularidade da proposta, esta recorrente verificou a total ausência de comprovação técnica quanto ao requisito do zoom digital.

#### **II. DO DIREITO: A OBRIGATORIEDADE DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E O PRINCÍPIO DO JULGAMENTO OBJETIVO**

Em sede de Direito Administrativo licitatório, vigora o princípio basilar da **Vinculação ao Instrumento Convocatório**. Isso significa que o Edital é a lei interna do certame, vinculando a Administração Pública e todos os licitantes, sem exceções.

Nesse sentido, a Administração não pode aceitar produto que não atenda integralmente às especificações mínimas estabelecidas, sob pena de violação ao **Princípio da Igualdade**. Se o edital exige "zoom digital mínimo de 1.2x", qualquer produto ofertado deve comprovar cabalmente a posse dessa característica. A exigência de Zoom não pode ser interpretada como acessória ou meramente ornamental; trata-se de especificação técnica funcional, cuja ausência descaracteriza o objeto licitado.

### III. DO ÓBICE PROCESSUAL: AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO E FALHA NO DEVER DE COLABORAÇÃO

A questão central que macula a proposta da recorrida é a **total omissão documental** quanto ao requisito do Zoom Digital. Conforme se depreende da análise do manual e das especificações técnicas públicas do fabricante, não há qualquer menção ao suporte a Zoom Digital de 1.2x.

O Direito Processual Administrativo e a Doutrina majoritária estabelecem que o **ônus da prova** da conformidade do produto cabe exclusivamente ao licitante. Nos termos do princípio da "verdade real" aplicado às licitações, cabe à empresa comprovar que seu produto atende ao que promete na proposta.

No caso em tela, a empresa se limitou a apresentar um modelo genérico, sem anexar laudo técnico, ficha do fabricante ou declaração expressa que comprovasse a funcionalidade do Zoom Digital.

Se o fabricante não divulgou essa informação, a presunção que se extrai é a de que o produto **NÃO POSSUI** tal funcionalidade.

#### **Aprofundamento da Análise: O "Princípio da Vedação ao Protelamento" versus a "Exigência da Prova Técnica"**

A ausência dessa informação no manual oficial não é uma mera "omissão irrelevante". Ao contrário, configura uma **informação negativa implícita**. Se um fabricante possui um recurso técnico como Zoom Digital, ele o destaca como um diferencial competitivo. A ausência dessa menção nos documentos oficiais (manual e site) é, por si só, o mais forte indício de que o produto é incapaz de executar o comando exigido pelo edital. Aceitar tal produto seria adquirir, a priori, um bem que não se sabe se atende à necessidade da Administração, ferindo o princípio da eficiência e da segurança jurídica.

### IV. DA TENTATIVA DE APROVEITAMENTO DO PRODUTO E DO JULGAMENTO

#### **ANTECIPADO DA NULIDADE**

Este recurso se debruça sobre a impossibilidade de suprir a falta de especificação por meio de interpretações extensivas ou "achismos" técnicos.

**Teoria das Nulidades no Direito Administrativo:** A doutrina especializada ensina que não há hierarquia entre os requisitos do edital, salvo disposição em contrário. O requisito do Zoom não está listado como "desejável" ou "opcional", mas sim como "mínimo". Portanto, é requisito de validade da proposta.

A Jurisprudência dos Tribunais de Contas (como TCU) e do Judiciário tem entendimento consolidado e redundante no sentido de que **a ausência de comprovação de requisito editalício implica a desclassificação imediata do licitante**. Não cabe à Administração "adivinhar" as funcionalidades do produto; cabe ao licitante apresentá-las.

#### **Argumentação por analogia (Direito Civil e Consumidor aplicado à licitação):**

Assim como no Código de Defesa do Consumidor aplica-se a inversão do ônus da prova em favor do hipossuficiente, no Direito Administrativo, o **princípio da vinculação ao edital** joga o ônus da prova para o licitante. A Administração age em prol do Interesse

Público; portanto, não pode correr o risco de adquirir uma câmera que eventualmente não faça zoom. O ônus de provar que a câmera WB-200BK (C3TECH) tem zoom digital era da empresa recorrida, e ela se quedou inerte.

#### V. DO PEDIDO ESPECÍFICO: IMPOSSIBILIDADE DE FUTURA ADEQUAÇÃO

Reitera-se que o requisito **Zoom Digital** é uma funcionalidade inerente ao hardware ou ao firmware do equipamento. Não se trata de uma mera regulagem ou acessório que possa ser adicionado posteriormente.

Portanto, **NÃO HÁ COMO SANAR** esta falha. A empresa recorrida não poderá, em sede de recurso ou diligência posterior, "implantar" um zoom digital em uma câmera cujo manual original não prevê tal recurso. A aceitação do produto pela Administração configuraria **aceitação de objeto diverso do licitado**, o que é vedado pelo ordenamento jurídico e constitui desvio de finalidade na aplicação dos recursos públicos.

#### VI. DOS PEDIDOS FINAIS

Diante do exposto, com fundamento nos princípios da **Vinculação ao Edital, da Legalidade, do Julgamento Objetivo e da Eficiência**, a L&R SOLUÇÕES LTDA requer:

1. O **CONHECIMENTO** do presente recurso, por tempestivo e relevante.
2. No mérito, o **PROVIMENTO** integral para **DESCLASSIFICAR** a empresa PAGNAN & BACHES LTDA do item 41 (Câmera Videoconferência), ante a oferta do modelo WB-200BK (C3TECH) que não comprovou possuir o requisito obrigatório de "**Zoom Digital mínimo 1.2x**", conforme consta no edital.
3. Consequentemente, a reabertura da disputa para o referido item, ou a convocação das demais empresas para apresentar sua proposta, respeitando-se a ordem de classificação.

Termos em que,  
Pede deferimento.

Atenciosamente,  
Maria Rita Costa Da Silva Leite  
Sócia-Administradora  
L&R Soluções Ltda.  
CNPJ:52.623.583/0001-00

Fortaleza - CE, 22 de maio de 2026.

---

L&R SOLUCOES LTDA

MARIA RITA COSTA DA SILVA LEITE

CPF:706.776.354-19

SÓCIA-ADMINISTRADORA

